

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
XXXXX VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXXXX-DF**

**Autos n°** XXXXXXXXX

**Autor:** INSTITUTO XXXXXXXXX

**Réu:** Fulano de tal

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX**, no exercício da **curadoria especial** na defesa dos interesses de **Fulano de tal**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, opor, com fulcro no artigo 702 do Novo Código de Processo Civil,

**EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA**

fazendo-o com amparo nos fundamentos fáticos e jurídicos adiante alinhavados.

**1. BREVE RELATO DA DEMANDA**

Trata-se de demanda sob procedimento monitorio em que o requerente pretende a constituição de título executivo judicial para condenar a ré ao pagamento de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX), relacionado ao contrato de prestação de serviços educacionais celebrado entre as partes, no qual foram inadimplidas XX (XXXXX) mensalidades no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX), relacionadas aos meses de XXXXX a XXXX de XXXX, acrescidos de juros de mora e correção monetária.

Despachada a inicial por este juízo, foi determinada a citação pessoal da parte ré, informando que, na hipótese de restarem infrutíferas as tentativas, fossem realizadas pesquisas nos bancos de dados à disposição do juízo e, em caso negativo, fosse expedido edital de citação (f. XX).

---

---

Considerando que foram frustradas as tentativas de citação pessoal nos endereços encontrados, foi expedido edital de citação (f. XX/XX).

Não tendo a ré apresentado resposta no prazo legal, os autos vieram à Curadoria Especial (f. XX).

É o breve relato.

## **2. DAS QUESTÕES PRELIMINARES E PREJUDICIAIS**

### **2.1. Da Nulidade do Processo. Das Providências Necessárias à Citação. Atuação de Ofício. Impossibilidade**

Conforme se extrai do exame dos autos, ao despachar a petição inicial apresentada pela parte autora, este juízo determinou de ofício que, frustrada a citação pessoal no endereço fornecido pela parte, fossem realizadas pesquisas junto aos bancos de dados INFOSEG, BACENJUD e SIEL, com a expedição de mandado nos endereços encontrados e, em caso negativo, fosse realizada a citação por edital da requerida.

Não se ignora a melhor intenção deste juízo no sentido de emprestar maior celeridade à solução da lide, providenciando as diligências necessárias à triangulação da relação processual e a integração da ré ao processo. Não se pode coadunar, contudo, que a atuação jurisdicional se substitua ao papel das partes na relação processual, praticando de ofício atos que incumbem exclusivamente ao interessado realizar.

Conforme dispõe o artigo 240, §2º, do Código de Processo Civil, incumbe ao autor adotar, no prazo de XX (XXXX) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de ato citatório não retroagir à data da propositura da ação. É dever do autor, portanto, providenciar os meios necessários à citação do réu, sendo uma das providências necessárias o próprio requerimento de

---

citação, com a indicação dos endereços ou locais em que a parte requerida pode ser encontrada.

Não cabe ao juízo, por sua vez, se substituir à atuação da parte interessada e, de ofício, adotar as providências necessárias à localização e citação do acusado. Isto porque, assim agindo, atua o magistrado sem a necessária imparcialidade e em favor da parte autora, impedindo a incidência da norma prevista no artigo 240, §1º, do Código de Processo Civil para as hipóteses de inércia do requerente.

Ora, se a parte autora não demonstra diligência em promover a localização do demandado, cabe ao juízo, em colaboração à melhor solução da lide, disponibilizar os instrumentos à sua disposição, como bem fez este juízo ao determinar a realização de pesquisas junto aos bancos de dados. Não lhe é dado, contudo, determinar *ex officio* que se procedesse à citação nos endereços encontrados, sendo tal ônus exclusivo da parte autora, sob pena de nulidade do ato.

## **2.2. Da Nulidade do Processo. Da Citação por Edital. Determinação *ex officio* do juízo. Impossibilidade**

Não bastasse a atuação oficiosa no sentido de promover as tentativas de citação nos endereços identificados nos bancos de dados, ao retornarem as correspondências emitidas, de ofício este juízo determinou fosse realizada a citação por edital, não havendo nos autos qualquer requerimento neste sentido ou mesmo qualquer afirmação de que a ré se encontra em local ignorado.

Nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil, é requisito da citação por edital a afirmação do autor quanto à presença de uma das circunstâncias autorizadoras previstas no artigo 256 do mesmo diploma normativo.

---

A afirmação do autor quanto a tal circunstância não é mera formalidade, na medida em que está sujeito à sanção prevista no artigo 258 do CPC na hipótese de dolo. É responsabilidade do autor, portanto, requerer a citação por edital da parte contrária após esgotados todos os meios à localização do mesmo e afirmando ser desconhecido o seu paradeiro, não sendo lícito que o juízo presuma tal circunstância, salvo quando o for certificado por oficial de justiça.

Mais uma vez, não se pretende aqui questionar a boa-fé do magistrado em questão, restando claro que tem apenas buscado dar celeridade ao feito, homenageando o princípio da duração razoável do processo. Ocorre que a máquina estatal não pode ser usada para suprir ônus das partes. O juízo somente tem autorização e dever de imprimir celeridade aos atos da vara, não podendo buscar alcançar a pretensão da parte contrária e dar prosseguimento ao feito de ofício, mitigando deficiências da autora.

Não se pode olvidar, afinal, ser possível que a parte autora tenha logrado identificar o endereço atual da ré, razão pela qual a citação por edital é injustificável. Não se sabe se o lugar em que o citando se encontra é ignorado, pois o autor apenas se manifestou quanto a isso na inicial.

### **2.3. Da Nulidade do Processo. Da Citação por Edital. Não Esgotamento das Diligências Necessárias à Localização da Ré**

Ainda que se entenda válida a citação editalícia determinada de ofício pelo órgão jurisdicional, ainda assim padece de nulidade a citação ficta da ré XXXXXXXXXXXX, na medida em que não foram esgotadas as diligências possíveis à sua localização.

Com efeito, ainda por ocasião do despacho da petição inicial, este juízo determinou fossem realizadas pesquisas nos bancos de dados à disposição do órgão no intuito de localizar possíveis endereços da ré, tendo as diligências remetidas a estes locais retornado sem cumprimento.

---

Caberia ao juízo, por outro lado, intimar a parte autora para que também esta empreendesse esforços para localizar a ré, fazendo uso dos meios à sua disposição, conforme determina o artigo 240, §2º, do Código de Processo Civil. Desde o momento da propositura da ação, no entanto, a autora em nenhum momento foi chamada aos autos para que justificasse as diligências realizadas ou a impossibilidade de fazê-lo.

Apenas para ilustrar, uma breve pesquisa na rede mundial de computadores foi suficiente para identificar a existência de um processo judicial em que a pessoa de “Fulano de tal” figura como autora em um mandado de segurança<sup>1</sup> contra a Universidade Federal do Piauí, que se encontra ainda pendente de conclusão. Observa-se, inclusive, que o objeto do mandado de segurança é justamente a promoção da matrícula da requerente no curso de XXXXXXXXXXXXXXXX.

Por outro lado, conforme se extrai das imagens em anexo, a usuária “Fulano de tal” pode ser encontrada na rede social especializada em profissionais XXXXXX “XXXX”, onde informa ser graduada em Odontologia pela XXXXXXXXXXXXXXXX.

Observa-se, portanto, que, diante das múltiplas possibilidades que a rede mundial de computadores nos fornece, não é excessivo exigir do autor que promova por conta própria diligências no sentido de localizar a parte contrária. Pelo contrário, não é lícito que o órgão judiciário seja sobrecarregado com atribuições que são de interesse das próprias partes.

Pelo exposto, considerando que não restou demonstrado o esgotamento das diligências possíveis para a localização da parte requerida, faz-se necessário seja reconhecida a nulidade da citação por edital, trazendo o feito à ordem para que informe os endereços em que a ré pode ser localizada.

---

1

---

### **3. DO MÉRITO**

#### **3.1. Da Contestação por Negativa Geral**

Subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento, a defesa exercida no procedimento monitório será feita por meio de embargos, a serem anexados aos próprios autos da demanda. No caso em tela, os embargos comportam amplo debate sobre a pretensão condenatória do requerente, capaz de conduzir à descaracterização da alegada mora e consequente improcedência do pedido.

Após a análise dos autos e na impossibilidade de contato do defensor subscritor desta peça defensiva com a parte defendida em Juízo - tendo em vista que foi citado fictamente e não compareceu nos autos -, a CURADORIA ESPECIAL apresenta a devida peça defensiva por negativa geral, que é providência legalmente permitida, de forma excepcional, pela regra do artigo 341, parágrafo único, do CPC.

Havendo impugnação direta das alegações da parte requerente, cumprirá à parte demandante provar a veracidade dos fatos narrados na petição inicial. Isso porque a contestação por negação geral torna os fatos controvertidos e mantém com o autor o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito, afastando a incidência dos efeitos materiais da revelia. As alegações não comprovadas não podem dar suporte ao julgamento de procedência da demanda, mesmo que a contestação pela Curadoria Especial se tenha dado por negativa geral (v. TJDFT, Acórdão n.625495, 20070710301938APC, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 03/10/2012, Publicado no DJE: 11/10/2012. Pág.: 140).

Ressalvamos que cumprirá à requerente demonstrar o fato constitutivo de seu pedido, demonstrando durante a instrução

---

processual a veracidade da assertiva de que a dívida teria sido contratada pela requerida.

Com essas considerações, verificando-se que o requerente não se desincumbiu de seu ônus processual de demonstrar a efetiva comprovação da dívida e do inadimplemento do requerido - questões que compõem o suporte fático constitutivo do direito do autor (art. 373, inc. II, do CPC) -, a demanda deve ser julgada improcedente.

### **3.2. Da Excesso na Cobrança da Dívida. Ausência de Demonstração do Montante Devido**

Segundo consta da petição inicial, alega a autora ser credora do montante de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX) em contraprestação aos serviços educacionais prestados à ré Fulano de tal, montante este relativo às parcelas vencidas entre XXXXX e XXXXXX de XXXX, segundo planilha de cálculos apresentada à f. XX.

Ainda segundo a autora, o montante devido foi apurado tomando a mensalidade pactuada no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX), sobre o qual incidiriam multa contratual, juros moratórios e correção monetária.

Com a devida vênia, a requerente deixou de trazer aos autos os fundamentos legais ou contratuais que embasam a cobrança da mensalidade no montante indicado.

Com efeito, os termos do contrato juntado às f. XX/XX são omissos quanto ao valor das mensalidades devidas pela contratante, limitando-se a remeter o leitor aos termos da carta-financeira elaborada pela contratada e colocada à disposição (vide Cláusula XXXXXXXXXXXX).

A carta financeira, por sua vez, consta dos autos às f. XX/XX, informando que o valor da mensalidade para o primeiro semestre letivo de XXX seria de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX), conforme

---

subscrito por ambas as partes, valor diverso do pretendido pela autora.

Observa-se, portanto, que não há qualquer cláusula contratual que justifique a incidência de valores além daquele discriminado na carta-financeira subscrita pelas partes, razão pela qual se faz necessária a correção dos cálculos apresentados pela autora para que se adeque aos termos do contrato, com a incidência das parcelas no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXX).

### **3.3. Contagem dos Juros Moratórios**

Caso não venha ser julgada improcedente a pretensão condenatória pleiteada pelo autor, a parte requerida postula, ainda, o afastamento da incidência dos juros moratórios antes da citação da parte requerida. É que, no procedimento monitório, os juros moratórios são devidos em face do não cumprimento pontual da obrigação, devendo incidir a partir da citação. A jurisprudência dessa colenda Corte de Justiça encontra-se pacificada nesse sentido (v. Acórdão n. 574700, 20100111814100APC, Relator LECIR MANOEL DA LUZ, 1ª Turma Cível, julgado em 14/03/2012, DJ 26/03/2012 p. 92; Acórdão n. 535071, 20110020134809AGI, Relator CARMELITA BRASIL, 2ª Turma Cível, julgado em 31/08/2011, DJ 19/09/2011 p. 52; Acórdão n. 576433, 20090111799818APC, Relator NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, julgado em 21/03/2012, DJ 03/04/2012 p. 210; Acórdão n. 422947, 20050110719484APC, Relator CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, julgado em 12/05/2010, DJ 25/05/2010 p. 118; Acórdão n. 486460, 20070110160892APC, Relator ANGELO PASSARELI, 5ª Turma Cível, julgado em 02/03/2011, DJ 11/03/2011 p. 126; Acórdão n. 624876, 20110111837054APC, Relator JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, julgado em 03/10/2012, DJ 11/10/2012 p. 153). Adverte-se, também, pela prescrição dos acessórios.



---

#### **4. DOS PEDIDOS**

Com base no exposto, a Defensoria Pública do XXXXXXXX, no exercício da curadoria especial na defesa de Fulano de tal vem requerer:

- i) Em sede preliminar:
  - a. seja declarada a nulidade da citação por edital de XXXXXXXXXXXX, com a intimação da parte autora para que adote as providências necessárias a viabilizar a citação da ré, na forma do artigo 240, §1º, do Código de Processo Civil;
- ii) No mérito:
  - a. a improcedência total dos pedidos formulados pela parte autora, fazendo uso da prerrogativa da contestação por negativa geral (art. 341, parágrafo único, CPC);
  - b. subsidiariamente, a improcedência parcial da demanda para reduzir o valor devido a título de mensalidade pela autora para o montante de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX);
  - c. sejam computados juros moratórios a contar da citação.
- iii) seja a parte autora condenada ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência, sendo estes últimos depositados em conta vinculada ao Fundo de Apoio e Aparentamento da Defensoria Pública – PRODEF.

Termos em que pede deferimento.

XXXXXX - DF, 26 de July de 2023.

FULANO DE TAL

Defensor Público